

1. A importância da Ciência e Inovação

A Ciência, a educação e a inovação são os pilares de crescimento económico e de criação de emprego.

Para desenvolver novos produtos e novos serviços que possam criar novas fontes de crescimento e mais empregos, tornando a Europa mais competitiva e com melhor qualidade de vida, a Europa tem de apostar na ciência e inovação.

Hoje a situação económica é particularmente difícil. Em tempos de crise, de grandes variações demográficas, de aumento de concorrência a nível global, a capacidade da Europa criar empregos, de manter os nossos padrões de qualidade de vida, depende da nossa possibilidade de introduzir inovação em produtos, serviços e processos.

Ciência e inovação são também essenciais para ultrapassar os desafios das alterações climáticas, escassez de energia e recursos naturais, saúde e envelhecimento.

2. Um mundo Multipolar

Mas a realidade de hoje mostra-nos, cada vez mais, um mundo multipolar em todos os sectores e também na ciência.

A demonstrar este facto, basta citar alguns números, como por exemplo 80% dos investigadores trabalham fora da Europa e 69% das patentes são registadas fora da Europa.

A Europa investe menos em Ciência e Inovação do que o Japão, a Coreia do Sul e os Estados Unidos e essa diferença é essencialmente devida ao investimento do sector privado. O investimento total em Ciência e Inovação na Europa é 1,83 com 1,00 privado e 0,83 público.

3. As linhas da força da Europa em termos de Ciência e Inovação

As linhas da força da Europa em termos de Ciência e Inovação residem no valor único da nossa diversidade, criatividade, tradição e valores, nos nossos investigadores e empresas, no facto de termos o maior mercado interno do mundo e de termos empresas e uma sociedade civil comprometida com o desenvolvimento dos países emergentes e em desenvolvimento.

4. Ultrapassar as fraquezas do nosso sistema de ciência e inovação

Teremos que ultrapassar as fraquezas do nosso sistema de ciência e inovação desde o sub-financiamento, à fragmentação, à falta de condições quadro para o desenvolvimento de inovação e a excessiva burocracia. Temos que construir a partir dos nossos pontos fortes e ultrapassar as nossas fraquezas. A Europa precisa de investir mais em ciência, abrir os seus sistemas científicos, promover a livre

circulação de investigadores, aumentar a concorrência e promover excelência. mas para que tudo isto resulte, é preciso simplificar. O sistema científico europeu tem de ser mais eficiente, a começar pela simplificação dos sistemas de financiamento Europeu.

5. O actual Programa-Quadro Europeu de apoio à investigação

O actual Programa-Quadro Europeu de apoio à investigação, com um financiamento de 52 mil milhões de euros, tem uma importância estratégica enorme para o desenvolvimento da inovação, da competitividade e consequentemente da empregabilidade do espaço europeu.

6. Necessidade de Simplificação

Entretanto, os mecanismos europeus de financiamento de investigação têm sido alvo de muitas críticas, sobretudo devido à sua complexidade burocrática. Recentemente, 13.000 investigadores assinaram uma petição exigindo critérios mais simples e que denotam maior confiança nos pedidos de financiamento. A participação em projectos tornou-se muito complexa, o que tornou a participação de entidades de pequena e média dimensão muito difícil, como por exemplo as PME's.

7. Relatora para a simplificação das regras de participação dos actuais e futuros Programas Europeus de Ciência e Inovação

Neste contexto, tive a honra, enquanto deputada ao Parlamento Europeu, de ser nomeada relatora para a simplificação das regras de participação dos actuais e futuros Programas Europeus de Ciência e Inovação. Este relatório pode ter um papel fundamental na Europa para que os investigadores mais competentes se sintam aliciados a participação nos programas Europeus. Também permitirá tornar as regras e os processos mais simples, claros e transparentes para facilitar a participação.

8. Revisão intercalar do actual Programa-Quadro de Investigação e a participação do próximo quadro

Este relatório chega na altura certa visto estarmos a iniciar a revisão do actual Programa-Quadro de Investigação e a participação do próximo quadro que terá início a 1 de Janeiro de 2014. Este relatório fornecerá as bases e princípios para a revisão do FP7 e a construção do FP8.

9. Consulta pública

Como relatora do processo de simplificação das regras de participação nos actuais e nos futuros programas Europeus de ciência, decidi abrir o debate sobre o assunto e proceder a uma consulta pública, pedindo aos interessados que apresentassem as suas opiniões, sugestões e recomendações. Dirigi mais de 8.000 convites a um conjunto diversificado de entidades. E devo dizer que a quantidade e a qualidade dos contributos que recebi foram surpreendentes. A indústria automóvel europeia, a indústria química, a associação industrial Europeia, as universidades francesas, britânicas, flamengas, holandesas, a associação dos centros de investigação, instituições individuais e investigadores individuais enviaram contribuições valiosas.

Organizei vários seminários, nomeadamente no Porto e em Lisboa e uma audição no Parlamento Europeu. Foi com grande satisfação que verifiquei o envolvimento de tantas entidades e o desejo de participar de tantos cidadãos.

10. Para uma cultura de confiança no sistema de financiamento de ciência

Na minha opinião o sistema actual, baseado na análise de custos, tem de ceder a um sistema em que a confiança tenha um papel preponderante. A ideia é simplificar o controlo do aspecto financeiro e reforçar a avaliação técnico-científica e a aprovação dos pares com base na excelência dos projectos. É claro que todas as transacções financeiras envolvem um certo grau de risco, mas a preocupação excessiva em controlar o risco pela via administrativa aumenta muito o custo global do processo. Por isso a ideia é, por um lado, ser mais tolerante ao risco, simplificando os mecanismos burocráticos de controlo, e, por outro, basear a avaliação dos projectos numa maior confiança na comunidade científica e empresarial. Há que encontrar um equilíbrio entre a confiança e o controlo, entre a assunção dos riscos e o acautelar dos mesmos, que assegure uma gestão financeira saudável dos fundos comunitários para a investigação.

Urge simplificar o acesso aos fundos para a investigação desenvolvendo uma cultura de avaliação baseada numa parceria de confiança entre todos os envolvidos de forma a reforçar a investigação e a inovação na Europa, tornando-a um espaço atractivo para viver e trabalhar.

11. As prioridades expostas no relatório

- Um sistema de financiamento baseado na excelência científica, com simplificação do controle financeiro, em substituição do actual controlo centrado nos aspectos administrativos e financeiros.
- Harmonização das regras e dos procedimentos para os diferentes instrumentos utilizados nos programas da Comissão, com regras própria para centros de investigação e universidades, para a indústria e para as PMEs.
- Simplificação das regras financeiras tendo em vista uma abordagem baseada na confiança e numa maior tolerância de risco.

12. Próximo Programa Quadro PQ8.

- A remodelação radical da administração do PQ constitui uma das principais prioridades.
- A Comissão deve avaliar a utilidade de cada um dos instrumentos, no quadro de cada programa, a seleccionar os que desempenham um papel específico no apoio à I&D.
- É fundamental uma divisão bem equilibrada entre investigação fundamental e investigação aplicada.
- O 8 PQ deve contemplar toda a cadeia da inovação, incluindo, nomeadamente, a investigação de fronteira, o desenvolvimento tecnológico, a demonstração, a disseminação, a valorização dos resultados e a rápida integração dos resultados da investigação nos mercados.

- Deve haver uma maior internacionalização do PQ8 mercê da cooperação com países terceiros, incluindo os países em desenvolvimento.

13. Relatório aprovado na Comissão ITRE

O relatório foi aprovado na Comissão ITRE - Indústria, Investigação e Energia no dia 30 de Setembro com o suporte de todos os grupos políticos e será discutido em Plenário a 10 de Novembro e votado a 11 de Novembro.

14. Consenso generalizado dos vários grupos políticos

O relatório reuniu o consenso generalizado dos vários grupos políticos, do Conselho, tendo sido fundamental o apoio dado ao assunto da simplificação pela Presidência Belga e Espanhola. As conclusões do Conselho de Competitividade de 11 e 12 de Outubro demonstram bem a consonância de opiniões entre o Parlamento e o Conselho nesta matéria.

A simplificação foi mesmo uma prioridade da Presidência Belga na área da Ciência e Inovação.

As sugestões contidas no relatório foram também bem acolhidas pela Comissão Europeia, nomeadamente pela Comissária de Investigação, Inovação e Ciência, Maire Geoghegan-Quinn e pelo Director-Geral de Investigação Robert-Jan Smits.

15. Implementação das recomendações do relatório

Mas o relatório marca só o início de um processo que não é simples. A implementação das recomendações estarão a cargo da Comissão Europeia e será necessário um acompanhamento e suporte político do Parlamento Europeu e do Conselho para levar esta tarefa a bom porto.

16. O processo de simplificação estendido a outros programas europeus

Se bem sucedido, como todos esperamos, o processo de simplificação pode ser estendido a outros programas europeus, nomeadamente os Fundos Estruturais. Programas com regras mais simples, serão também mais transparentes e eficientes. Em tempos de crise, a palavra de ordem será simplicidade, flexibilidade, transparência.

De acordo com os últimos dados publicados pela Comissão Europeia relativos à execução de fundos estruturais nos diversos países da UE no final de 2009, Portugal tinha uma taxa de execução de 13%, enquanto que a mediana é de 13.2%. Portugal está em 16º lugar abaixo da Irlanda, Lituânia, Estónia, Áustria, Bélgica, Alemanha, Finlândia, Suécia, Chipre, Letónia, França, Reino Unido, Eslovénia, Hungria e Polónia; e acima de: República Checa, Dinamarca, Grécia, Espanha, Roménia, Luxemburgo, Eslováquia, Itália, Malta, Bulgária e Holanda. De salientar que estamos praticamente a meio do actual Quadro 2007-2013.

17. Orçamentos para a Ciência

Em tempos de dificuldades financeiras e reduzidos orçamentos para a Ciência, temos em média, em cada projecto de I&D, 25% de financiamento que é dedicado a tarefas burocráticas, reduzindo assim $\frac{1}{4}$ de financiamento disponível para a Ciência. Quando o actual programa-quadro chegar ao fim, até 13 mil milhões, dos 52 mil milhões de euros, terão sido dirigidos não para a ciência, mas para procedimentos administrativos e burocráticos.

Aplicando os princípios de simplificação aos fundos estruturais iria permitir uma mais alta execução, com a conseqüente criação de emprego.

Relativamente à participação no 7º PQ Nos últimos 3 anos Portugal recebeu um total de 175,9 M€ respectivamente 69,3 M€ em 2007, 54,1 M€ em 2008 e 52,5 M€ em 2009, sendo a percentagem PT/UE total de 1,16% (1,06% em 2007, 1,34% em 2008 e 1,16% em 2009. Comparativamente à Grécia, um país com a mesma dimensão e um nº aproximado de investigadores, Portugal recebe menos de metade da contribuição europeia, o que mostra que é possível aumentar a contribuição comunitária para Portugal. Se o nível de participação de PT e da Grécia fossem idênticos, Portugal receberia em média mais 50 M€ por ano e 350 M€ no final do programa.

18. Conclusão

Os programas europeus de investigação devem basear-se num espírito de confiança e na capacidade inventiva e inovadora da comunidade científica e empresarial.

É necessário um melhor equilíbrio entre confiança e controle e entre assumir e prevenir riscos e, simultaneamente, garantir uma boa gestão financeira.

Precisamos de uma nova cultura de avaliação baseada na confiança entre todos os parceiros. Só deste modo conseguiremos tornar a Europa num lugar de trabalho mais atractivo.